



## Ouvindo Imagens: Inclusão Social através da Audiodescrição<sup>1</sup>

Flávia Oliveira MACHADO<sup>2</sup>  
Antônio Carlos de JESUS<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

### RESUMO

A inclusão social de pessoas com deficiência abrange o âmbito comunicacional no que tange a acessibilidade à informação e à comunicação a fim de proporcionar a participação efetiva dessas pessoas como cidadãos. O presente artigo põe em evidência a audiodescrição como recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Dessa maneira, serão discutidas as questões políticas e as atuações de movimentos para ampliar a inserção desse recurso na televisão, no teatro e no cinema. Além do panorama brasileiro, serão citadas experiências no Reino Unido, na Espanha e em Portugal. Para exemplificar o uso da audiodescrição será analisado o *Programa Assim Vivemos* da TV Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** audiodescrição, comunicação, inclusão social, cidadania.

### 1. Inclusão Social

A premissa para uma sociedade inclusiva é de que a sociedade deve compreender que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, os quais são diferentes por natureza. Nesse contexto, a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade tem que passar para se transformar em inclusiva. Sassaki lembra que a inclusão social é um processo bilateral em que a sociedade se adapta para incluir pessoas com necessidades especiais e estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997, p.41).

Segundo a pesquisa *Mídia e Deficiência* feita pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI):

Uma sociedade inclusiva tem compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas com deficiência. Tem compromisso com elas e com sua diversidade e se auto-exige transformações intrínsecas. É um movimento com características políticas. Como filosofia, *incluir* é a crença de que todos têm direito de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital da FAAC – UNESP, email: [flaviamachad@yahoo.com.br](mailto:flaviamachad@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital da FAAC – UNESP, email: [acj13jesus@faac.unesp.br](mailto:acj13jesus@faac.unesp.br)



participar ativamente da sociedade. Como ideologia, a *inclusão* vem para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados. A *inclusão* é para todos porque somos diferentes. (VIVARTA, 2003, p. 20)

Entre as práticas da inclusão social estão: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação.

Portanto, a sociedade inclusiva elimina as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações, comunicações e outros bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

No âmbito da deficiência, a inclusão social vem em muito contribuir para a melhoria da qualidade de vida de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Em relação ao tema de acesso à informação e à comunicação, o qual está presente no 9º artigo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Flávia Maria Vital e Marco Antônio Queiroz comentam:

Pessoas com deficiência visual ou auditiva podem participar de conferências que tenham vídeos, palestras somente falada ou com qualquer outro tipo de barreira de comunicação que, sem as tecnologias assistidas adequadas, impediriam o entendimento das informações. A utilização do braile, da língua brasileira de sinais, da audiodescrição, da legenda oculta ou não, do sistema DAISY para livros em formatos acessíveis, e muitas outras formas de adequação da informação às pessoas com deficiência estão atualmente disponíveis, apesar de muito pouco ou nada utilizadas pelas emissoras de televisão, editoras de livros, companhias telefônicas, conferencistas, pois permanecem desconhecidas pelas pessoas em geral (CONVENÇÃO, 2008).

Este presente artigo propõe focar a questão da inclusão social de pessoas com deficiência visual através da audiodescrição. Desse modo, é válido lembrar que, segundo o Censo de 2000, estima-se que 9,98% da população nacional possuem algum tipo de deficiência visual e 0,6% possui incapacidade visual. Essa parcela de brasileiros enfrenta muitos obstáculos dentre os quais se encontra a falta de acessibilidade à informação e à comunicação, conseqüentemente, privando essas pessoas a exercerem seu papel cidadão atuantes nas questões sociais, principalmente, aquelas que dizem respeito ao cumprimento de seus direitos. O trabalho aqui exposto pretende abordar a audiodescrição, que é uma ferramenta de acesso, principalmente, de pessoas com deficiência visual à comunicação e à informação. Faz-se necessário desde já esclarecer que esse recurso de acessibilidade também atende às necessidades de pessoas com dislexia, idosos e pessoas com deficiência intelectual (MOTTA, 2008a, online)



Há de se destacar também que o Brasil está em fase de implementação da TV digital. O decreto 4.901/2003, que instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, possui em seu 1º artigo que esta nova mídia tem como uma das finalidades promover a inclusão social. Tecnicamente, há possibilidades para a inclusão de recursos de acessibilidade nos produtos televisivos. Uma das inovações tecnológicas é o fluxo elementar (*elementary stream*) (BECKER; MONTEZ, 2005), que permitirá a utilização de recursos de acessibilidade como audiodescrição, legenda oculta (*closed caption*) e janela com intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) através da geração de canais de dados para tais finalidades. Dessa maneira, a luta para a inclusão social de pessoas com deficiência deve ganhar força e as empresas que ainda usam o argumento de dificuldades tecnológicas poderão ter que rever suas justificativas.

## **2. Audiodescrição**

Pessoas com deficiência visual não usufruem uma recepção de textos audiovisuais, teatrais e outros tipos de conteúdos culturais de forma apropriada às suas necessidades. A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que promove uma fruição satisfatória de produções culturais. Esta técnica é um tipo de tradução audiovisual e, por se tratar de tradução de imagens em palavras, ela é considerada uma tradução intersemiótica.

Na prática, a audiodescrição consiste em um áudio extra integrado e sincronizado com o áudio original do produto. Esse áudio adicional contém descrições de cenários, figurinos, expressões faciais e corporais dos personagens, ações, entrada e saída de personagens e todos aqueles elementos relevantes para a compreensão do conteúdo visual por uma pessoa com dificuldade para usufruir tal conteúdo. Preferencialmente, essa narração deve entrar entre os diálogos e dos efeitos sonoros para que não haja sobreposição de informações (CORDE, 2009, online).

Existem três tipos de audiodescrição: gravada, ao vivo roteirizada e ao vivo simultânea. A primeira, comumente usada para filmes, consiste em gravar a faixa de áudio sincronizada com as imagens, após a roteirização, revisão e preparação para a gravação. Já na audiodescrição ao vivo roteirizada – mais usada em teatro, espetáculos de dança e festival de filmes – é feita a narração no momento de exibição. A do tipo ao vivo simultânea, que pode ser usada em programas de televisão ao vivo, é feita na hora



e, geralmente, com improvisação, por não possuir um roteiro detalhado antecipadamente (CORDE, 2009, online).

No caso da audiodescrição gravada, a criação do texto narrativo que será falado pode ser feita de diferentes maneiras. Em uma delas o audiodescritor pode apenas ouvir o conteúdo e fazer anotações para que, em um segundo momento, possa assistir ao mesmo conteúdo observando pontos que necessitam ser descritos para a compreensão do texto audiovisual.

Orero (2007) cita outras formas de criar o roteiro da audiodescrição:

Na Alemanha, a descrição de programas de televisão e de filmes é feita por uma equipe de três pessoas, na qual uma é cega. Isso segue a idéia de que duas pessoas, que assistem a mesma cena, nem sempre verão as mesmas coisas, então na equipe eles poderão controlar e complementar um ao outro. O membro cego do grupo dirá em que momento ele precisa da descrição e quão importante ela é e que tipo de informação é necessário. (*tradução nossa*) (ORERO, 2007, p. 116)

No Reino Unido um software específico produz o roteiro da audiodescrição e uma equipe de audiodescritores avalia o estilo e a precisão do texto da narração para então passar para a etapa de gravação (ORERO, 2007, p. 116).

A temática da audiodescrição está presente em pesquisas do Reino Unido desde a década de 90 (GREENING; ROLPH, 2007, p.128). Um dos projetos desenvolvidos foi o *TIWO – Television in Words* que tinha como objetivo criar um sistema computacional que permitisse otimizar a criação de audiodescrição, personalizar esse recurso para diferentes audiências (jovens, idosos, pessoas com ou sem memória visual e pessoas que preferem mais ou menos aprofundamento na interpretação do conteúdo) e melhorar a indexação de vídeos (SALWAY, online). A experiência do Reino Unido em audiodescrição será abordada mais adiante neste artigo.

A satisfação de espectadores que utilizam o serviço de audiodescrição foi comprovada em uma pesquisa do Ofcom (*Office of Communication*<sup>4</sup>) em 2008 com espectadores que utilizam esse recurso. Entre os principais benefícios apontados estão: o ato de assistir a televisão ficou mais agradável, sensação de igualdade por poder comentar com pessoas sem deficiência os programas de TV, independência e inclusão social. Porém, segundo o mesmo estudo, ainda há muito para ser melhorado. Os espectadores com deficiência visual responderam que se deve aumentar o número de programas que disponibilizam o recurso, bem como a ampliar dos gêneros de programas

---

<sup>4</sup> Órgão regulador das comunicações no Reino Unido.



e ainda melhorar a forma como é informada a existência da opção do serviço no programa (OFCOM, 2008, p. 30).

Ainda sobre os benefícios da audiodescrição Motta (2008a) afirma:

A audiodescrição é um instrumento de inclusão cultural que irá contribuir para a formação crítica e para a educação da pessoa com deficiência visual, preparando-a para o exercício pleno de sua cidadania. Além disso, os benefícios de tal recurso estendem-se, também, às pessoas com deficiência intelectual, pessoas idosas e pessoas com dislexia (MOTTA, online).

### **3. Audiodescrição no Brasil**

#### **3.1 Panorama político**

A seguir, será colocado um breve panorama sobre o processo político de implantação da audiodescrição no Brasil até o momento da produção deste artigo.

Em 2004, o decreto 5.296 propôs a inclusão social de pessoas com deficiência através de normas a serem seguidas nos âmbitos de transportes, trabalho, saúde, segurança, lazer e também informação e comunicação. Nesta última dimensão, em específico, as movimentações para a sua viabilização iniciou-se no final de 2005 com a primeira consulta pública feita pelo Ministério das Comunicações (MC) a fim de receber sugestões sobre requisitos técnicos necessários para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência na programação das TVs abertas brasileiras (FILHO, 2008, online). Vale lembrar que são considerados recursos de acessibilidade a audiodescrição, a legenda oculta (closed caption) e a janela com intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Ainda em 2005, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a Norma NBR 15290: Acessibilidade em Comunicação na Televisão. Elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (CB40), ela tem como requisito, por exemplo, que a descrição deve ser compatível com o programa, sendo assim, a descrição subjetiva deve ser evitada e em filmes de época devem ser fornecidas informações que facilitem a compreensão do programa (ABNT, 2005).

Após a consulta do MC, foi feita uma audiência pública para discutir os comentários recebidos. Estavam presentes representantes da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), da Fundação Roquete Pinto representando as emissoras públicas, da



Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE), do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (CONADE) e da União Brasileira de Cegos (UBC). O resultado desta audiência foi a publicação da portaria 310 que oficializou um cronograma de implantação e requisitos técnicos para a adequação dos canais abertos de televisão. Foi definido que em um prazo de dois anos as emissoras iriam progressivamente aumentando a quantidade de programas com os recursos de acessibilidade. Ao final deste período, completado em 27 de junho de 2008, os canais deveriam ter duas horas diárias de programação acessível. Essa ascensão da acessibilidade na TV aberta iria gradativamente até 2015, quando se pretende obter 100% da programação com recursos de acessibilidade. Porém, no dia 26 de maio de 2008 (um mês antes da data limite) a ABERT enviou ao MC um ofício com justificativas por não terem disponibilizado o recurso de audiodescrição. O grupo de discussão TV Acessível – movimento que articula ações em prol da acessibilidade de pessoas com deficiência à televisão, ao teatro e ao cinema – fez um texto de resposta a este ofício. Porém, no dia marcado para que as emissoras tivessem duas horas de programação acessível, o MC publicou a portaria 403, que suspendeu o recurso da audiodescrição em 30 dias. No dia 30 de julho, após uma reunião técnica com o MC, a ABERT, UBC e alguns audiodescritores, o ministério publicou a portaria 466 que determinou o prazo de 90 dias para as emissoras iniciarem a transmissão de programas com o recurso. Vale lembrar que nesta data a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que trata no artigo 30 especificamente sobre a acessibilidade na televisão, já estava em vigor. Antes mesmo do término do prazo de 90 dias, o MC suspendeu a aplicação somente do recurso de audiodescrição através da portaria 661. O motivo para tal atitude foi a criação de uma nova consulta pública – com término em 31 de janeiro de 2009 – e outra audiência pública (FILHO, 2008, online).

Dois órgãos integrantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República se manifestaram em relação ao assunto. O CORDE respondeu às perguntas que compunham essa segunda consulta pública sobre o assunto. Já o CONADE demonstrou sua indignação perante o tratamento do MC frente ao processo de implementação dos recursos de acessibilidade na programação televisiva. Entre as falhas apontadas estão a dificuldade em acessar os conteúdos da terceira consulta – iniciada no dia 15 de maio (de 2009) com proposta de fechamento no dia 30 de junho – presentes no site do ministério e ainda a disponibilização dos documentos em formato digital não compatível aos recursos de leitores de tela que pessoas com deficiência



visual utilizam, gerando a impossibilidade de participação da população que possui efetivo interesse na audiodescrição (CONADE, 2009). Ainda em relação à terceira consulta pública sobre audiodescrição, a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), o Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente (CVI - Brasil) e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD) entraram no dia 19 de junho com um mandado de segurança contra o ministro das Comunicações, Hélio Costa, requerendo a suspensão da consulta por falta de acessibilidade dos documentos disponibilizados e pelo uso de outros idiomas que não o português (AGÊNCIA INCLUSIVE, 2009, online).

### **3.2 Os defensores**

Em meio ao cenário extremamente diversificado e dinâmico das agendas de mobilização dos grupos minoritários da sociedade, tem se destacado, nos últimos anos, um novo ideário: aquele que busca promover e garantir a plena inclusão social das pessoas com deficiência. (VIVARTA, 2003, p. 6)

Corroborando para a afirmação de Vivarta (2003), a seguir serão mostrados alguns grupos que defendem a inclusão social de pessoas com deficiência visual através da audiodescrição.

A novela América (Rede Globo), em 2005, ao incluir dois personagens com deficiência visual levantou uma discussão entre um grupo de pessoas com essas características e de pessoas ligadas a associações de pessoas com deficiência. O Movimento pela Audiodescrição na Televisão Brasileira considerou falta de respeito da equipe de produção fazer a novela sobre pessoas com deficiência e não para elas através da disponibilização de audiodescrição. Por isso, fizeram a “Carta Aberta à Rede Globo de Televisão” pedindo a inclusão da audiodescrição na grade de programação da emissora. Entre os fundamentos do pedido estavam: utilização da tecla SAP para a recepção da audiodescrição, dados estatísticos do Censo de 2000 e o decreto 5296/2004 (MOVIMENTO, 2005, online).

Ainda em 2005, o grupo de discussão TV Acessível iniciou sua atividade propondo acompanhar o cumprimento da portaria 310/2006 do MC, bem como a extensão da obrigatoriedade dos recursos de acessibilidade para as TVs por assinatura e para a TV Digital e a modificação do decreto 5296/2004 para estabelecer a obrigatoriedade desses recursos para o teatro e para o cinema. O grupo é um canal de comunicação do Movimento em Prol da Televisão, Cinema e Teatro Acessíveis, que



defende como recursos de acessibilidade a audiodescrição, legendas (closed caption), dublagem, janela para intérprete de LIBRAS e interatividade acessível.

Movimentos e pessoas que estão envolvidas com a questão da inclusão social de pessoas com deficiência tentam promover o acesso à informação e à comunicação, por considerarem ser um caminho para que essas pessoas possam assumir seus papéis de cidadãos perante a sociedade.

Além de atuarem no âmbito político, muitos ativistas promovem eventos e colaboram na criação de diversas produções culturais nos âmbitos do audiovisual (cinema e televisão), teatro, dança e ópera.

Um desses resultados foi o 1º Encontro Nacional de Audiodescritores, realizado em São Paulo entre os dias 23 e 24 de outubro de 2008. No evento foi discutido o panorama da audiodescrição no país. Houve também o lançamento da Campanha Nacional da Audiodescrição e uma mostra de vídeos com audiodescrição.

Entre as produções já feitas com adoção de audiodescrição estão: no teatro, a peça “O Andaime” (2007) apresentada no Teatro Vivo que foi a primeira com audiodescrição ao vivo; o filme “Irmãos de Fé” (2005) do Padre Marcelo Rossi marcado como o primeiro DVD a ser lançado no Brasil com esse recurso (MOTTA, 2008b, online); a ópera “Os Troianos” (2009) apresentada no Festival Amazonas de Ópera sendo a primeira com acessibilidade para espectadores com deficiência visual (FESTIVAL AMAZONAS DE ÓPERA, online). Ainda há o festival Assim Vivemos que exhibe filmes brasileiros e de diversas partes do mundo, cujo tema é a deficiência. Na mostra, que em 2009 está na sua 4ª edição, são disponibilizados audiodescrição, legenda e janela para intérprete de LIBRAS e catálogos em Braille (FESTIVAL ASSIM VIVEMOS, online). Outra experiência é o Blind Tube, o primeiro portal de entretenimento com acessibilidade. O site oferece, além de entrevistas e notícias, vídeos com legenda e audiodescrição (BLIND TUBE, online). Na televisão há o programa Assim Vivemos, que será analisado neste artigo.

Paulo Romeu Filho, idealizador do 1º Encontro Nacional de Audiodescritores, e um dos espectadores da estréia da peça “O Andaime”, fala sobre a sensação de assistir a um espetáculo com audiodescrição:

Nem vou falar da qualidade da peça em si, fantástica, muito divertida, mas do prazer que tive ao sair dali podendo fazer os mesmos comentários que as demais pessoas, ao invés de ser aquele chato fazendo mil perguntas sobre cada cena que não entendeu, ou aquele bobão que não entende as piadas e só ri depois que alguém lhes explica. Há tempos que venho falando sobre a falta que a audiodescrição faz para as pessoas cegas em cinemas, teatros e na televisão,





mas sempre de forma teórica, porque iniciativas como essa ainda são tão raras que mal dá para sentirmos o gosto. É como comer o último pedaço de algo muito gostoso: fica a vontade de quero mais (...) Vocês me fizeram voltar a sentir o prazer que tinha de ir ao teatro quase 30 anos atrás, quando ainda enxergava (FILHO, 2007, online).

## 4. Experiências estrangeiras

### 4.1 Reino Unido

Entre 1992 e 1995, a Comissão Independente de Televisão realizou o projeto *Auditel (Audio Described Television)*. Reguladores, associações de espectadores e empresas de radiodifusão se integraram para desenvolver audiodescrição para a televisão. Foi demonstrado que era possível a transmissão de audiodescrição através dos sinais analógicos da televisão. Esse projeto foi substituído pela lei de radiodifusão de 1996 que determinou que em dez anos 10% dos programas da televisão digital terrestre deveriam ter audiodescrição. Em 2003, uma lei das comunicações ampliou a determinação para a televisão digital a cabo e por satélite. Mas foi com o Código de Serviços de Acessibilidade para Televisão (*Code on Television Access Services*) do Ofcom que determinou 2008 como data limite para a adoção dessa porcentagem na grade de programação (GREENING; ROLPH, 2007, p. 128). Segundo a última atualização do Código de Serviços de Acessibilidade para Televisão feita em abril de 2008, os principais canais já tinham se adequadado à porcentagem requerida (OFCOM, 2008b, p.9). E a Sky anunciou que desde 1 de março de 2009 começou a aumentar a inclusão da audiodescrição em seus programas para garantir 20% desse serviço em sua grade de conteúdos (RNIB, online).

Apesar da audiodescrição estar presente nos programas de TV, não havia um intenso uso do serviço por falta de divulgação para a população. Por isso, foi realizada entre 1 de fevereiro e 14 de março de 2008 uma campanha para informar a população sobre esse tipo de recurso de acessibilidade. A campanha conduzida pela aliança entre as empresas de radiodifusão e a *Royal National Institute of Blind People (RNIB)* com facilitação da Ofcom. Foram feitos materiais para a televisão, impressos e para o rádio. Os principais resultados da campanha foram: a porcentagem da população em geral que sabia do serviço cresceu de 37% para 60% depois da campanha; e entre as pessoas com deficiência visual foi de 43% para 72% (OFCOM, 2008a, p. 14).



Além da campanha de divulgação da audiodescrição, a RNIB também está contribuindo para informar a população sobre como ela deve acessar o serviço. Foram disponibilizados no site e em folders (digitais e impressos) informações sobre quais equipamentos são necessários, como usar e quais as vantagens do serviço. A instituição também informa sobre como uma pessoa pode ser beneficiada pelo programa de ajuda para o término da transmissão de sinal analógico de televisão (*Digital Switchover Help Scheme*). Caso o espectador seja candidato ao auxílio, o governo subsidia a compra do aparelho para a recepção do sinal digital de TV (o set-top box) (RNIB, online).

## 4.2 Espanha

Segundo Quico (2005), na Espanha o serviço de audiodescrição começou em 1995 com a *Televisión Autonómica Catalana* (TV3) e o *Televisión Autonómica Andaluza* (Canal Sur). A primeira por transmitir em estéreo pode disponibilizar a audiodescrição através do aparelho de televisão. Já o Canal Sur recorreu a uma emissora de rádio para oferecer o serviço.

Na Espanha, a *Organización Nacional de Ciegos Españoles* (ONCE) fez um projeto de audiodescrição chamado AuDesc. Criado em 2001, o AuDesc auxiliou a ampliação do serviço de audiodescrição entre os produtos culturais espanhóis.

Em 2003, foi aprovada a lei “*Igualdad, No Discriminación y Accesibilidad de las Personas con Discapacidad*” que estabeleceu o prazo de 4 a 10 anos para que o acesso às tecnologias de comunicação esteja adaptado às necessidades de pessoas com deficiência.

Outra maneira de se incentivar a adoção do AuDesc foi a criação do “*Premio Tiflo de Cine Corto AuDesc*”, também iniciativa da ONCE. O principal objetivo era difundir a aplicação do AuDesc entre os criadores e profissionais de cinema (QUICO, 2005, p. 7). Há registros de que houve quatro prêmios, sendo que o último foi realizado em 2005 (ONCE, online).

A audiodescrição também está presente nos teatros espanhóis. Muitas óperas possuem esse recurso através de fones de ouvido.

## 4.3 Portugal



Em Portugal, tanto a lei da televisão quanto o “Plano Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação” não mencionam a implantação de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Há apenas referências às necessidades de pessoas com deficiência auditiva. Só em 2003 que as emissoras RTP e RDP iniciaram a disponibilização do serviço de audiodescrição (QUICO, 2005, p. 8-9). Entretanto, elas utilizam o modelo de transmissão através da sintonização de uma frequência de rádio, necessitando assim um aparelho radiofônico para o acesso ao serviço.

Em 2004, houve uma alavancada na audiodescrição nesse país com o projeto da PT Multimídia promoveu a produção e transmissão de um filme com audiodescrição por mês.

## **5. Programa Assim Vivemos**

Segundo o PNAD 2007<sup>5</sup>, a televisão brasileira abrange 94,5% das residências, entretanto, é raro o uso de audiodescrição na grade de programação das emissoras. Por enquanto, somente a TV Brasil adotou esse recurso, que está presente em dois programas: Assim Vivemos e Programa Especial. Ambos possuem uma linha editorial de inclusão de pessoas com deficiência através da criação reportagens sobre e (também) para esse público específico. Esses dois programas também disponibilizam legenda e janela para intérprete de LIBRAS, que são oferecidos também por outros programas da televisão brasileira como, por exemplo: os telejornais da Rede Globo que possuem a opção da legenda; e propagandas políticas que possuem janela para intérprete de LIBRAS. Embora a TV Brasil disponibilize a audiodescrição, esta está apenas em 1,1% da grade de programação, tendo como medida de comparação as horas (TV BRASIL, 2009 a, online).

Para esta breve análise foram usados textos sobre o programa e também dois episódios da série, os quais são disponibilizados no site do programa na semana em que ele é exibido na televisão pela TV Brasil.

O programa semanal Assim Vivemos propõe discutir problemas enfrentados por pessoas com deficiência através de histórias de inclusão e superação no Brasil e no mundo. Sua estréia foi no dia 15 de março de 2009. A cada semana são mostrados uma

---

<sup>5</sup> PNAD 2007 – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE.



reportagem com uma pessoa com deficiência e um ou dois documentários. A apresentação é feita por Moira Braga e Nelson Pimenta. Ela é formada em jornalismo e possui deficiência visual e ele, ator e formado em cinema, possui deficiência auditiva. Ambos apresentam simultaneamente o programa. Moira narra em língua portuguesa e Néelson em LIBRAS. Ao final de cada episódio há um bate-papo no site do programa com um convidado especial. O espectador também pode participar durante a semana do fórum presente também no site e ainda assistir ao último episódio da série. O site é conduzido pelo consultor de acessibilidade na internet, Marco Antônio de Queiroz, que também possui deficiência visual e participa ativamente do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, (TV BRASIL, 2009 b, online).

Na parte do programa em que é apresentado o personagem, há intervalos maiores entre as falas do entrevistado comparado às entrevistas convencionais. Esse é um tipo de adequação do conteúdo audiovisual ao recurso da audiodescrição. Dessa maneira, há como fazer a narração de modo mais interpretativo do que nos documentários exibidos. As respostas do personagem são intercaladas por imagens dele realizando atividades do cotidiano e ainda de lugares que ele frequenta. São entrevistadas pessoas com diversos tipos de deficiência. Elas falam sobre como enfrentam alguns obstáculos com os quais se deparam, contam situações de preconceito e de inclusão e comentam como se adaptaram a um novo estilo de vida.

Na maioria das vezes são exibidos documentários estrangeiros, nos quais a audiodescrição deve se adequar à dublagem para o português. Portanto, não se pode fazer uma audiodescrição muito detalhada para não haver uma poluição sonora, visto que há o *voice over* (áudio original do filme) e o áudio da dublagem. Todavia, a narração é sempre feita de maneira que o espectador com deficiência visual possa compreender as informações transmitidas pelo vídeo. Vale lembrar que, no caso da TV Brasil, a transmissão da audiodescrição é feita junto com o áudio original, desse modo, todos os espectadores do programa ouvem essa narração descritiva.

## **6. Considerações Finais**

O movimento de inclusão social está desde os anos 90 promovendo ações para tornar a sociedade apta para atender às necessidades de seus cidadãos. Estes podem exercer o seu papel através da participação social exigindo e cumprindo os seus direitos e deveres. No caso de cidadãos com deficiência, muitas conquistas foram alcançadas,



porém muitas barreiras ainda deverão ser superadas. O acesso à informação e à comunicação é uma etapa, que apesar de estar caminhando mais rapidamente em outros países, ainda está iniciando no Brasil.

A audiodescrição é um dos recursos que pode promover a inclusão social de pessoas com deficiência visual e também de idosos, de pessoas com deficiência intelectual e ainda de pessoas com dislexia. Há movimentos, instituições e outras pessoas envolvidas com o cumprimento da portaria 310 do MC. Entretanto, esse recurso de acessibilidade ainda não ganhou mais espaço por causa da pressão das emissoras de televisão frente ao ministério. Vale ressaltar que esse assunto é discutido principalmente em meios de comunicação e grupos de discussão envolvidos diretamente com o tema da deficiência e da inclusão social. Desse modo, a maior parte da população ainda não está ciente do assunto. Assim, dissertações, artigos acadêmicos, matérias jornalísticas e outras formas de produção de conhecimento são muito importantes para o aumento da divulgação desse processo que o Brasil está passando.

## REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 15290**: Acessibilidade em Comunicação na Televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

**A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada** / Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital . \_ Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

AGÊNCIA INCLUSIVE. “Impetrado Mandado de Segurança contra o Ministro das Comunicações”. In: **Agência Inclusive**, 2009. Disponível em: <http://agenciainclusive.wordpress.com/2009/06/19/impetrado-mandado-de-seguranca-contr-o-ministro-das-comunicacoes/> . Acesso em 19 jun. 2009.

ASTC – “Accessible Practices/ Best Practices/ Audio description”. In: **Association of Science - Technology Centers**. Disponível em <http://www.astc.org/resource/access/medad.htm> . Acesso em 17 jun. 2009.

BECKER, Valdecir, MONTEZ, Carlos. **TV Digital Interativa**: Conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil. Florianópolis, SC: UFSC, 2006.

BLIND TUBE - <http://www.blindtube.com.br/>

CONADE, **Ofício n.º 159/2008**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.



CORDE, Sugestões da CORDE sobre audiodescrição. In: **Agência Inclusive**, 2009. Disponível em: <http://agenciainclusive.wordpress.com/2009/02/01/sugestoes-da-corde-sobre-audiodescricao/> . Acesso em 19 jun. 2009.

FESTIVAL AMAZONAS DE ÓPERA. “Última apresentação de "Os Troianos" contará com sistema de auxílio descritivo para pessoas com deficiência visual”. In: Amazonas Festival Opera. Disponível em [http://www.amazonasfestivalopera.com/news/popup\\_news.php?id=73](http://www.amazonasfestivalopera.com/news/popup_news.php?id=73) . Acesso em 16 jun. 2009.

FESTIVAL ASSIM VIVEMOS - <http://www.assimvivemos.com.br/>

FILHO, Paulo Romeu. “Paulo Romeu descreve a experiência da audiodescrição na peça O Andaime”. In: **Rede Saci**, 2007. Disponível em <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=19260> . Acessado em 19 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. “Repúdio à Portaria 661 do Ministério das Comunicações” In: **Bengala Legal**, 2008. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/p661.php> . Acesso em 19 jun. 2009.

GREENING; ROLPH. “Accessibility: raising awareness of audio description in UK”. In CINTAS, Jorge D.; ORERO, Pilar; REMAEL, Aline (Orgs.). **Media for all: Subtitling for the Deaf, Audio Description, and Sign Language**. Amsterdam: Rodopi, 2007. p. 127 – 138.

MOTTA, Livia. Maria V. M. “Audiodescrição: entrevista com Livia Motta”. In: **Agência Inclusive**, 2008. Disponível em: <http://agenciainclusive.wordpress.com/2008/07/22/audiodescricao-entrevista-com-livia-mello-motta/> . Acesso em 18 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. “Audiodescrição: recurso de acessibilidade de inclusão cultural”. In: **Bengala Legal**, 2008 Disponível em <http://www.bengalalegal.com/livia.php> . Acesso em 19 jun. 2009.

MOVIMENTO PELA AUDIODESCRIÇÃO NA TELEVISÃO BRASILEIRA. Carta Aberta à Rede Globo de Televisão. In: **Bengala Legal**, 2005. Disponível em <http://www.bengalalegal.com/caberta.php> . Acesso em 19 jun. 2009.

NERI, Marcelo. **Retratos da Deficiência no Brasil** (PPD). Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. Disponível em [http://www.fgv.br/ibre/cps/deficiencia\\_br/index2.htm](http://www.fgv.br/ibre/cps/deficiencia_br/index2.htm) Acesso em 16 jun. 2009.

OFCOM. “Access Services Audio Description: research into awareness levels”. In: **Office of Communication**, 2008a. Disponível em [http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/access\\_services\\_audio/](http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/access_services_audio/) . Acesso em 18 jun. 2009.



\_\_\_\_\_. “Code on Television Access Services”. (última atualização em 17 de abril de 2008). In: **Office of Communication**, 2008b. Disponível em <http://www.ofcom.org.uk/tv/ifi/codes/ctas/>. Acesso em 18 jun. 2009.

ONCE. “La ONCE convoca los IV Premios Tiflos de Cine Corto Audesc”. In: **ONCE**, 2005. Disponível em: <http://www.once.es/home.cfm?id=674&nivel=4&orden=6> . Acesso em 18 jun. 2009.

ORERO, Pilar. “Sampling audio description in Europe”. In CINTAS, Jorge D.; ORERO, Pilar; REMAEL, Aline (Orgs.). **Media for all: Subtitling for the Deaf, Audio Description, and Sign Language**. Amsterdam: Rodopi, 2007. p. 111 – 126.

PNAD 2007 (IBGE). In: **IBGE**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese\\_pnad2007.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese_pnad2007.pdf) . Acesso em 16 jun. 2009.

**PROGRAMA ASSIM VIVEMOS** (TV Brasil) - [www.tvbrasil.org.br/assimvivemos](http://www.tvbrasil.org.br/assimvivemos)

\_\_\_\_\_. Episódio de 14 de junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Episódio de 21 de junho de 2009.

**RNIB**. Disponível em: [http://www.rnib.org.uk/xpedio/groups/public/documents/publicwebsite/public\\_audiodescription.hcsp](http://www.rnib.org.uk/xpedio/groups/public/documents/publicwebsite/public_audiodescription.hcsp) . Acesso em 17 jun. 2009.

SALWAY , Andrew. **TIWO** - Television in Words: Final Report. Disponível em [www.computing.surrey.ac.uk/personal/pg/A.Salway/tiwo/TIWO.htm](http://www.computing.surrey.ac.uk/personal/pg/A.Salway/tiwo/TIWO.htm) . Acesso em 17 jun. 2009.

TVACESSÍVEL – grupo de discussão - <http://br.groups.yahoo.com/group/tvaccessivel/>

TV BRASIL. Programação. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/programacao/> . Acesso em 21 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. “A série da TV Brasil, que estreou no dia 15 de março, discute os problemas enfrentados por pessoas com deficiência”. TV Brasil, 2009. Disponível em: [http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/release\\_241.asp](http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/release_241.asp) . Acesso em 18 jun. 2009.

VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003.